

COOPERAÇÃO ENTRE OS «CINCO» DEVE SER MAIS EFECTIVA

— defende Miguel Trovoada, que passa a coordenar a organização

por Hilário Cossa, nosso enviado especial

N. 10/3/42

O Presidente de São Tomé e Príncipe e actual coordenador dos «Cinco», defendeu na abertura da cimeira dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a decorrer desde ontem na capital santomense, que a cooperação entre os países membros daquela organização deve visar objectivos factíveis e dotá-los de instrumentos para a sua concretização.

A cimeira, em que participam todos os chefes de Estado do grupo, incluindo o Presidente Joaquim Chissano, deverá terminar hoje, segundo reza o programa pré-estabelecido e tem como pontos fundamentais debater a reformulação da cooperação Interestatal, a questão de Timor-Leste, o relacionamento com o Brasil, Portugal e com outras instituições e organizações internacionais, tais como a ACP/CEE.

Miguel Trovoada afirmou no seu discurso que a cimeira dos «Cinco» ocorre num momento de particular importância, pois é a primeira que se realiza numa altura em que todos os países do grupo têm uma nova maneira de pensar e de agir com a abertura democrática ao sistema multipartidário e da economia de mercado.

«É assim que abordamos esta cimeira com seriedade, confiança e espírito de abertura, cientes por um lado de nos situarmos na continuidade de uma tradição de sentimentos permanentes alicerçados na história cultural e sangue que no passado se exprimiram mormente na luta comum pela liberdade e independência dos nossos países, e por outro lado, conscientes de prosseguir hoje uma acção também comum em prol dos ideais de uma democracia pluripartidária, da defesa dos direitos do homem, e a afirmação do direito dos nossos povos ao progresso, justiça social e bem-estar», disse Miguel Trovoada.

O Presidente santomense disse constatar com júbilo que os «Cinco» acertaram mais uma vez o passo na encruzilhada da história e caminham lado a lado pela via ascendente da democracia consoante o ritmo imposto pela situação específica de cada país.

Disse que na cimeira, os chefes de Estado presentes terão a ocasião de analisar objectivamente a situação das realidades e do contexto internacional que envolve os «Cinco» e traçar os grandes vectores da cooperação futura, numa perspectiva de operacionalidade e realismo.

Defendeu que se deve explorar de forma sistemática as pistas que se abrem na perspectiva de uma cooperação regional integrando, como concebe a Lomé IV, critérios não exclusivamente geográficos, dentre os quais linguísticos e culturais.

«Neste espírito, disse o Presidente Trovoada, parece necessário debruçarmo-nos sobre a maneira como

poderá vir a articular-se o relacionamento em termos de cooperação entre os sete Estados que preenchem o espaço cultural lusófono, isto é, PALOP mais Portugal e Brasil.

Para o sucesso dessa cooperação, Trovoada defendeu que o sector privado deve desempenhar um papel cada vez mais decisivo no evoluir das economias do grupo.

No plano internacional, Miguel Trovoada referiu que apesar dos imensos progressos verificados na expansão das zonas de democracia no mundo, existem ainda situações que ferem a dignidade humana e consciência colectiva das nações.

Trovoada referiu-se implicitamente à situação em Timor-Leste e África do Sul, tendo acusado os que «detêm o poder e meios para sara» essas crises de não tomarem medidas para que a justiça e o direito internacional prevaleçam.

No caso específico de Timor-Leste, Trovoada defendeu que só uma iniciativa séria da comunidade internacional conjugada com acções das forças democráticas no mundo, especialmente as indonésias e as timorenses, poderão permitir ao povo maubere o exercício do seu direito sagrado de autodeterminação.

No que concerne à África do Sul, Trovoada afirmou que renasce a inquietação de ver postos em causa os resultados positivos obtidos no desmantelamento do «apartheid» e na caminhada para a instauração de um Estado de direito democrático para que contribuam as boas vontades de todos aqueles que no seio de todas as comunidades raciais aquiraram num futuro da paz e de progresso.

«Confiar a evolução deste processo unanimemente saudado pelo mundo inteiro, a vontade unilateral de uma minoria racial inscreve-se contra uma lógica de sufrágio universal e contra a corrente da história», palavras de Miguel Trovoada.

Ainda na sessão de abertura, usou da palavra em representação dos restantes chefes de Estado, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

No seu discurso, de aproximadamente quinze minutos, o líder angolano começou por caracterizar a presente reunião como histórica por se realizar num momento de grandes transformações políticas em todos os países do grupo.

Disse que é neste novo cenário político que ele e os seus colegas se encontram em São Tomé para analisar e definir as linhas da actuação futura da organização.

Ainda na mesma linha de pensamento, Eduardo dos Santos afirmou que «não seríamos realistas se continuássemos a encarar os «Cinco» sem atendermos as situações por que passou o mundo nos tempos, e se não tivéssemos em conta o novo carácter da situação política e económica dos nossos países».

Para Eduardo dos Santos, a cooperação entre os «Cinco» constitui um factor de unidade no plano africano e no internacional.

«Esta cooperação é favorecida por um passado histórico com afinidades

culturais que ligam os nossos povos», disse.

Destacou o papel dos «Cinco» como tendo sido fundamental na defesa da soberania e identidade nacional depois de os povos dos Estados membros se terem libertado do colonialismo.

Defendeu que a cooperação entre os «Cinco» deve continuar a ser encarada como um factor que reforça a solidariedade e como fonte de benefícios recíprocos, quer quando se trate de relações entre os membros do grupo, quer quando diz respeito a relações deste com as outras instituições.

Eduardo dos Santos considerou importante priorizar a acção dos «Cinco» em áreas em que existam condições para uma frutuosa cooperação e uma cada vez maior aproximação entre todos os países.

O líder angolano realçou a cooperação nos domínios da formação de quadros, a educação, a cultura e outras esferas sociais para os quais se pode obter apoio das organizações internacionais que prestam ajuda ao desenvolvimento.

Depois do discurso de Eduardo dos Santos, o Presidente Joaquim Chissano foi convidado a usar da palavra, mais concretamente para fazer a proposta da composição da mesa.

No entanto, falando de improviso,

aproveitou a ocasião para transmitir à cimeira as saudações da sua delegação e do povo moçambicano aos dirigentes e povos que representam nesta reunião.

Sob apresentação de Chissano a proposta que foi aprovada por unanimidade conduziu Miguel Trovoada para a presidência da mesa, Eduardo dos Santos para Vice-Presidente e João Bernardo Vieira para relator.

A conferência prosseguiu durante o período da tarde, com reunião à porta-fechada dos chefes de Estado para analisar os documentos aprovados pela reunião preparatória dos Ministros dos Negócios Estrangeiros.

Apesar de tudo se desenrolar no meio de secretismo, mesmo em relação à reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros que decorreu de quinta-feira a sábado, sabe-se que segundo apurámos, aqui junto de fontes idóneas, os ministros congratularam-se com as esperanças de paz mundial, mais particularmente em Angola e expressaram o seu apoio ao processo de paz em Moçambique.

Em matéria da África do Sul, os chefes das diplomacias foram mais flexíveis, propondo que os chefes de Estado adoptem resoluções no sentido de se começar um gradual levantamento das sanções.

Na noite de ontem, o Presidente Miguel Trovoada ofereceu um banquete em honra dos chefes de Estado presentes.